

**DANIEL SERRA LIMA**

*Mestre em Direito Tributário pela Universidade de São Paulo.  
Graduado em Direito pela Faculdade Nacional de Direito (UFRJ).  
Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Cândido Mendes.  
Advogado e Consultor.*

**DEFINIÇÃO, INTERPRETAÇÃO  
E EVOLUÇÃO DAS NORMAS DE  
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA**

**TEORIA APLICADA À JURISPRUDÊNCIA DO STF**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, primavera de 2018  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

## DANIEL SERRA LIMA

*Definição, Interpretação e Evolução das Normas de Competência Tributária*

*Teoria Aplicada à Jurisprudência do STF*

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-915-7

1. Direito Constitucional Tributário. 2. Competência Tributária. 3. Interpretação  
4. Jurisprudência. 5. STF. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

1184419

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Antonio Marcos Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Ronaldo Santos Soares

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

## EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp:* +55 11 9 9431 1922

*Email:* quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Apresentação por Eduardo Maneira.....	9
Prefácio por Paulo Ayres Barreto.....	13
Introdução.....	17

### 1. Linguagem e Normas Jurídicas, 25

1.1. Direito e Linguagem.....	27
1.2. Definição de conceitos.....	31
1.3. Definição de tipos.....	33
1.4. Críticas à distinção entre tipos e conceitos pelo modo de aplicação do direito.....	35
1.5. Tipos e conceitos no direito tributário.....	37
1.5.1. A utilização de conceitos classificatórios como decorrência da legalidade.....	37
1.5.2. A tipicidade aberta como decorrência de complexidade social.....	40
1.5.3. A linha adotada: tendência à especificação conceitual como decorrência da função limitadora das normas tributárias.....	46

### 2. A Interpretação e a Ciência do Direito, 51

2.1. Definição e questões problemáticas.....	53
2.2. Interpretação como conhecimento, como decisão e como criação do direito.....	54
2.3. A teoria da interpretação adotada: o ceticismo moderado.....	56
2.4. Da interpretação à aplicação do direito: a possibilidade de interpretar os textos normativos em abstrato.....	60
2.5. Metodologias de interpretação jurídica.....	68
2.5.1. O percurso gerador de sentido de Barros Carvalho.....	68
2.5.2. A busca do sentido literal possível em Larenz.....	69
2.6. A vontade racional da lei e a vontade do corpo legislativo.....	72
2.7. Porque conferir peso aos argumentos que justificam a interpretação jurídica ao invés de estabelecer uma metódica.....	73
2.7.1. Argumentos linguísticos.....	74
2.7.2. Argumentos sistemáticos.....	75
2.7.3. Argumentos históricos e genéticos.....	76
2.7.4. Argumentos consequencialistas.....	77
2.7.5. Prevalência dos argumentos linguísticos e sistemáticos sobre os demais.....	79
2.8. Conclusão parcial.....	80

### **3. A Repartição Constitucional de Competências Tributárias, 83**

3.1. Definição e características da competência tributária.....	85
3.2. A opção pela repartição constitucional de competências tributárias por meio da nomeação dos impostos e contribuições sociais .....	88
3.3. Repartição de competências: uma decorrência do federalismo? .....	90
3.4. Histórico da repartição de competências tributárias .....	92
3.5. A natureza das normas atributivas de competência tributária .....	99
3.5.1. Diferenças conceituais entre princípios e regras.....	99
3.5.2. A repartição de competência tributária por meio de regras.....	100
3.5.3. A subeficácia dos princípios constitucionais sobre as regras de competência... ..	102
3.6. Justificativa e função das regras de competência tributária.....	106
3.6.1. Justificativa de regras e justificativa geradora de regras .....	106
3.6.2. Justificativa geradora das regras de competência.....	107
3.6.3. A função protetiva das regras de competência .....	110
3.6.4. A regra de permissibilidade expressa implícita no art. 154, inciso I, da CF/88.....	112
3.7. Da força vinculante das regras atributivas de competência.....	113
3.7.1. O conteúdo didático do art. 110 do CTN .....	115
3.8. A existência de conceitos classificatórios (e não tipos) nas normas atributivas de competência tributária .....	116
3.8.1. O papel da lei complementar.....	119
3.8.2. A repartição de competências por conceitos classificatórios e o espectro de liberdade do legislador infraconstitucional.....	120

### **4. A Construção de Sentido das Normas de Competência Tributária, 125**

4.1. Intertextualidade e interdisciplinaridade: definições .....	127
4.2. Interdisciplinaridade: o Direito Tributário e outras Ciências .....	129
4.2.1. A técnica do reenvio externo.....	130
4.2.2. Críticas ao reenvio externo .....	132
4.2.3. Limites ao reenvio externo no Direito Tributário .....	134
4.2.4. Impossibilidade de reenvio externo ao nível constitucional: os conceitos têm conteúdo jurídico .....	135
4.2.5. O pluralismo metodológico interdisciplinar .....	139
4.3. Intertextualidade: o Direito Tributário e outros ramos do Direito .....	141
4.3.1. A possibilidade de criação de conceitos tributários autônomos: rejeição à concepção do Direito Tributário como um direito de superposição (ou sobreposição) .....	141
4.3.2. Hipóteses de interação entre o Direito Tributário e outros ramos do direito .....	143

4.3.3. O crivo da razoabilidade como barreira à autonomia conceitual.....	145
4.3.4. A incorporação dos conceitos jurídicos pelo Direito Tributário pode ser presumida.....	146
4.3.5. O conteúdo do art. 109 do CTN.....	147
4.4. Sobre a interpretação econômica das leis tributárias.....	150
4.4.1. Possíveis acepções do tema.....	150
4.4.2. A tentativa de introdução da interpretação teleológica no CTN.....	151
4.4.3. A origem da interpretação econômica da lei tributária na Alemanha.....	152
4.4.4. A interpretação econômica no pluralismo metodológico.....	156
4.4.4.1. A restrita aplicabilidade de critérios econômicos.....	157
4.5. Modelos de construção de conceitos constitucionais.....	159
4.5.1. Construção de conceitos autônomos.....	159
4.5.2. Incorporação de conceitos pré-constitucionais.....	163
4.5.2.1. Inexistência de reenvio interno: a irrelevância da posterior alteração do conceito na legislação de origem.....	164
4.5.3. A possibilidade de deformação do conceito jurídico pré-constitucional pelo contexto constitucional.....	166
4.5.4. A influência dos princípios na interpretação da regra de competência.....	170
4.5.4.1. A função dos princípios na construção do conceito dentro dos sentidos possíveis.....	170
4.5.4.2. A relevância do princípio da capacidade contributiva na interpretação.....	172

## **5. A Evolução da Competência Tributária, 175**

5.1. Formas de modificar a Constituição.....	178
5.2. Breves comentários acerca da mutação constitucional.....	180
5.2.1. Distinção entre mutação constitucional e evolução interpretativa.....	180
5.2.2. Causas da mutação constitucional.....	182
5.2.2.1. A mutação como reconhecimento de um fato consumado.....	183
5.2.2.2. A mutação como decorrência da influência do caso concreto na interpretação.....	185
5.2.2.3. A mutação é possível porque o Direito se opera através da linguagem.....	186
5.3. Limites à mutação constitucional.....	187
5.3.1. O texto constitucional como limite à mutação.....	189
5.4. A modificação tácita da competência tributária.....	192
5.4.1. A (relativa) relevância da posterior alteração do conceito de origem.....	195

## **6. A Interpretação das Regras de Competência na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, 197**

6.1. Contribuição social sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho.....	200
6.2. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.....	203
6.2.1. A mutação do conceito de serviços .....	207
6.3. Imposto sobre a circulação de mercadorias .....	212
6.3.1. A mutação do conceito de mercadorias .....	218
6.4. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores .....	223
6.5. Contribuição social sobre a receita ou o faturamento.....	225
6.6. Contribuição social sobre o valor aduaneiro.....	236
6.7. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.....	238
6.8. Perspectivas da jurisprudência do STF .....	246

## **Referências Bibliográficas, 249**